



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2025 DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

01 Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), foi realizada,
02 PRESENCIALMENTE a 1ª Reunião Extraordinária do CONERH no ano de 2025, no
03 auditório Espaço das Águas, anexo a sede da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
04 do Ceará - COGERH. Na reunião estiveram PRESENTES 20 (vinte), dos 24 (vinte e quatro)
05 membro, sendo os seguintes Conselheiros do CONERH: Fernando Matos Santana e José
06 Ailton Sousa Brasil (SRH), Ronaldo Lima Moreira Borges (SEINFRA), Ricardo da Costa
07 Silva Lima (SECITECE), Karine Machado Campos (SEPLAG), Jânio Carlos Oliveira
08 Menezes (SDA), João Cassimiro do Nascimento Neto (SEMA), Silvio Carlos Ribeiro Vieira
09 Lima e Antônio Erildo Lemos Ponte (SDE), Max Charlie Holanda de Moraes (SESA), Major
10 André Luiz Nascimento de Araújo (DEFESA CIVIL), Andréa Limaverde de Araújo
11 (SEMACE), Daniel Aguiar Camurça (APRECE), Francisco Lurivan Miranda Pinheiro (CBH),
12 Lauriston Ferreira Gomes Neto (APGCE), Marcondes Ribeiro Lima (SISAR), Clodionor
13 Carvalho de Araújo e Francisco de Assis Bezerra Leite (IHAB), Valéria Santos Bezerra
14 (CENTEC), Francisco Edson da Silva (CAGECE), Francisco José de Sousa (FAEC), Heitor
15 de Mendonça Studart (FIEC), Aridiano Belk de Oliveira (FÁPID). Ao todo estavam presentes
16 20 (vinte) Instituições do Conselho, representando 83,33% do CONERH, 23 Conselheiros
17 entre titular e suplente. Estiveram AUSENTES os Conselheiros das seguintes Instituições:
18 CIDADES, SEDUC, IBAMA e UFC. Representando a Secretária-Executiva do CONERH,
19 Carlos Magno Feijó Campelo e Ana Cláudia Ferreira Dutra Fernandes. Como Assessoria
20 Jurídica do Conerh, Ricardo Veras Paz e Delianne Costa e Silva Bulamarque. Enquanto
21 convidados estavam presentes 12 pessoas, entre pessoas da ala técnica da COGERH e
22 SRH. Ao todo estavam presentes 35 pessoas. Iniciando os trabalhos, verificado e
23 confirmado o quórum, o Secretário dos Recursos Hídricos e Presidente do Conselho,
24 Fernando Santana abriu os trabalhos dando boas-vindas a todos os presentes, e informando
25 que fará o possível para estar sempre presente a todos os encontros, facilitando as
26 deliberações, trocar experiência e tornar-se mais próximos de todos, na atual gestão da
27 SRH. Colocou-se à disposição de todos para discutir e debater assuntos do interesse do
28 Estado. Solicitou ao Secretário Executivo do Conerh, o Sr. Carlos Magno Feijó Campelo, o
29 Sr. Calila, informando que é assim que é conhecido por todos, que fizesse a leitura da Pauta
30 do dia. O Secretário Fernando Santana informou aos Conselheiros que, antes da efetivação
31 dos trabalhos da Pauta seria concedido um prazo de 05 (cinco) minutos ao Sr. Eduardo
32 Sávio, Presidente da FUNCEME, para informações sobre o comportamento das previsões
33 e o atual cenário mostrado pelos indicadores climáticos, no fechamento da quadra



34 invernos. O Sr. Calila procedeu a leitura da Pauta lembrando que o credenciamento e o
35 coffee break foram etapas já vencidas e se passaria a aprovação da Ata da 120ª Reunião
36 Ordinária do CONERH, que foi aprovada por aclamação por não haver qualquer
37 manifestação de alteração ou correção ao texto em questão, enviado anteriormente e
38 também constante da pasta entregue aos Conselheiros; Informou que logo após a
39 apresentação da Funceme segue-se ao ponto deliberativo da Pauta que é o
40 estabelecimento de isenção da cobrança da tarifa pelo usos dos recursos hídricos
41 superficiais ou subterrâneos, para atividades de Irrigação e Carcinicultura; passado este
42 ponto será facultada a palavra e em seguida encaminha-se para o encerramento; Sr. Calila
43 destacou ainda as presenças de todos os Conselheiros, dos dirigentes dos órgãos que
44 compõem o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, Yuri Castro da COGERH; Eduardo
45 Sávio da Funceme e dos membros de apoio aos trabalhos do CONERH ligados a SRH, e
46 outros convidados cujos nomes estão listados em anexo. O Presidente da FUNCEME, Sr.
47 Eduardo Sávio, repassou ao técnico Francisco Vasconcelos Júnior, a exposição da
48 avaliação do período chuvoso, com os Prognósticos Climáticos do Período Chuvoso,
49 apresentado em janeiro de 2025 e Sávio explicou que a apresentação seria dividida em três
50 momentos, com dados de observação das precipitações até o momento, seguido de
51 histórico e comentários sobre o sistemas de previsão e sobre as condições esperadas para
52 os próximos dias e meses (o resumo da mesma está em anexo). Foram destaque os fatos
53 de que as chuvas foram classificadas como dentro da normalidade, porém com grande
54 variabilidade espacial e temporal, mostrando o mais importante em cada biênio, lembrando
55 que regiões como o norte do Estado apresentando precipitações acima da média e outras
56 como a porção central e o sertão, abaixo da média. Lembrou que o período da pré-estação
57 foi muito acima da média de 136mm, chegando a 218,5mm, o que possibilitou o escoamento
58 das chuvas para os reservatórios, considerando que o solo já estava encharcado. Mostrou
59 síntese de precipitações, com Fortaleza acima do normal e na região norte, que ficou acima
60 do normal; o que também ocorreu no Alto Jaguaribe. Foi destacado, ainda, o impacto dos
61 veranicos, especialmente nos meses de abril e maio, que prejudicaram a agricultura de
62 sequeiro. No mês de abril o destaque ficou por conta da sangria do açude Orós. Os mapas
63 relativos a maio mostram que os veranicos se intensificaram e a região do Baixo Jaguaribe
64 ficou abaixo do normal. Nos comparativos mais ampliados mostrou um histórico das chuvas
65 destacando a variabilidade, nos períodos mais úmidos como a década de 80 (de 84 a 88) e
66 na década de 2010, com períodos secos. Mas também entre 2012 e 2017, com parâmetro
67 muito abaixo dos normais, o que exige uma preparação para as variabilidades, como parte
68 do nosso clima e que tende a se acentuar com as mudanças do clima, afetando a entrada



69 de umidade para o continente. Em seguida o Presidente da FUNCEME. Sr. Eduardo Sávio
70 completou dizendo que o sistema de previsão vem melhorando sempre, e agora a cada 15
71 dias serão rodados dois modelos globais e um modelo regional para orientar as ações dos
72 que dependem do clima mais diretamente. Principalmente agora quando se atravessa um
73 sistema de mudanças climática que para nós se apresenta com uma tendência de redução
74 da estação e é importante se saber se essa redução é algo que vem para ficar ou
75 simplesmente é um momento dessa década. Apresentou um mapa destacado as indicações
76 e as observações de fato. Por fim, lembrou que é referência nacional em previsão o sistema
77 de previsão da FUNCEME, que opera desde 2013, tem acerto de aproximadamente 85%
78 em suas indicações probabilísticas das categorias pluviométricas. E que tais previsões são
79 importantes principalmente para os agricultores. O Secretário Fernando Santana agradeceu
80 pela apresentação, pelo trabalho da FUNCEME, e confessou que antes de assumir a
81 Secretaria era um crítico da Funceme e disse que chegou ao presidente Eduardo Sávio
82 dizendo isso, tendo este feito uma apresentação, mostrou dados e números, e apresentou-
83 lhe o que a FUNCEME tem de tecnologia, demonstrando porque o Estado do Ceará é um
84 referência, daí foi que o Secretário Fernando Santana disse entender e aprender sobre as
85 previsões, sendo hoje um defensor do trabalho da FUNCEME e parabenizou por todo
86 trabalho e seus técnicos, destacando que a FUNCEME tinha o seu reconhecimento e todo
87 apoio para que a Fundação melhore cada vez mais; Sugeriu que a FUNCEME convide mais
88 a imprensa e faça a apresentação feita ao Secretário, mostrando o que se tem de
89 modernidade, de tecnologia e de bons técnicos; Em seguida devolveu a palavra ao
90 Secretário Executivo do CONERH, Sr. Calila, ocasião em que iniciou os debates com as
91 falas do Conselheiro Silvio Carlos da SDE e Lurivan Pinheiro dos CBHs, Heitor Mendonça
92 da FIEC e outros, que expressaram e enfatizaram a importância do estreitamento do diálogo
93 entre a FUNCEME e os usuários finais, especialmente agricultores familiares e pequenos
94 produtores, para que as informações técnicas sejam compreendidas e adequadamente
95 utilizadas. Foi ressaltada a relevância da previsão também para o planejamento da
100 agricultura irrigada, que corresponde a mais de 60% do valor bruto produzido no Estado, e
101 o impacto dos sistemas de gerenciamento hídrico para uso racional da água. Sugestões
102 foram apresentadas para aprimoramento da regionalização das previsões e monitoramento
103 da precipitação, com detalhamento por bacias e municípios, para facilitar a gestão dos
104 recursos hídricos e a defesa dos municípios perante órgãos estaduais e federais, com
105 relação a providências como o Seguro Safra. O Presidente da FUNCEME, Sr. Eduardo
106 Sávio, destacou a existência de limitações técnico-financeiras para essa cobertura
107 localizada e de recursos suprir e ampliar a rede de monitoramento, que conta com mais de



108 550 pluviômetros no Estado. O Sr. Eduardo Sávio explicou ainda que a FUNCEME tem se
109 debruçado sobre um trabalho de base para as alocações negociadas, que mostram o quanto
110 se pode alocar de água dos reservatórios para a agricultura irrigada e demais serviços que
111 dependem da água, principalmente o consumo humano e animal. Quanto à agricultura, de
112 sequeiro, o Sr. Eduardo Sávio deu conhecimento aos Conselheiros de que o Estado tem
113 mantido grupos de WhatsApp com cerca de 300 agricultores em cada, para repasse de
114 informações meteorológicas de suas regiões; segundo o Presidente da FUNCEME as
115 informações sobre as chuvas localizadas já existem e estão detalhadas no Portal da
116 FUNCEME, mas ainda não em termos de classificação, fazendo-se necessários
117 investimentos em equipamentos específicos, que vão garantir esse detalhamento para
118 facilitar o destaque das áreas onde se caracterizou falta de chuvas, de tal forma que sejam
119 utilizadas em busca de apoio a mitigação da falta de chuva. O Conselheiro Lurivan Miranda,
120 representante dos CBHs, sugeriu a regionalização das classificações e previsões de chuva
121 para melhor atender às necessidades específicas de cada região. Em resposta, o Sr.
122 Eduardo Sávio, concordou com a importância da regionalização, informando que dados por
123 bacia e município já estão disponíveis e que a FUNCEME busca aumentar seu poder
124 computacional para avançar nesse sentido. O representante da FAPID, Aridiano Belk de
125 Oliveira convidou a todos para o XXXII Seminário das Águas dos Vales, destacando ainda
126 a importância da participação da FUNCEME nesse tipo de reunião específica, que reúne os
127 vales contribuintes para o Rio Jaguaribe e Açude Castanhão, com 05 (cinco) CBHs votantes,
127 e o CBH da Região Metropolitana de Fortaleza e acontecerá no dia 17 de junho, em Iguatu.
128 Solicitou, inclusive, que a FUNCEME leve o demonstrativo sobre acertos (85%) e informe
129 acerca dos quadros específicos para cada região. O Conselheiro da FIEC, Sr. Heitor Studart,
130 solicitou um planejamento da outorga e do gerenciamento da água até a próxima quadra
131 chuvosa, considerando as previsões de expansão do setor produtivo e a necessidade de
132 investimentos em infraestrutura hídrica. Em seguida, foi apresentado o ponto de pauta 03
133 (três), e o Secretário Executivo, Sr. Calila, e explicou que a aprovação ficaria explícita se
134 não houvesse solicitação de explicação ou retificações; a aprovação foi sem qualquer
135 modificação. O representante o SISAR, Marcondes Ribeiro Lima, solicitou que fosse incluída
136 nas discussões um limite para a isenção de água para consumo humano, mas ficou claro
137 que o fato deveria ser apreciado em outro momento. Sem manifestações, a Ata foi
138 considerada APROVADA. Em seguida foi colocada para deliberação a minuta de resolução
139 que propõe o estabelecimento de faixas de isenção da tarifa pela utilização dos recursos
140 hídricos superficiais e subterrâneos para as atividades de irrigação e carcinocultura no
141 Estado do Ceará, conforme solicitação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado



142 do Ceará (FAEC). O Secretário Executivo do CONERH, Sr. Calila, fez um breve histórico
143 mencionando a solicitação da FAEC que deu origem à proposta e os pareceres jurídicos da
144 SRH e da COGERH. Explicou que houve uma pequena alteração no pedido original da
145 FAEC, que inicialmente solicitou isenção baseada em volume para águas subterrâneas e
146 superficiais, evoluindo para uma proposta focada nas atividades de Carcinicultura e
147 Irrigação, tendo em vista a existência de uma Grupo de Trabalho formado no CONERH para
148 discussão dessas pautas. A minuta apresentada visa isentar da cobrança da tarifa pelo uso
149 da água bruta em áreas públicas ou privadas, desde que as captações se deem diretamente
150 em mananciais, sem a utilização da infraestrutura operada pela COGERH, e que o consumo
151 total não ultrapasse os limites estabelecidos. Em seguida foi passada a pala para o assessor
152 jurídico do Conselho, advogado Ricardo Veras, que apresentou a minuta, onde prevê
153 isenção da tarifa para consumo mensal até 7.200m³ (sete mil e duzentos metros cúbicos)
154 na carcinicultura e até 14.400m³ (quatorze mil e quatrocentos metros cúbicos) na irrigação,
155 desde que as captações ocorram diretamente em mananciais superficiais ou subterrâneos,
161 sem utilização da infraestrutura operada pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
162 (COGERH). Dr. Ricardo Veras explicou a mudança sintática nas palavras do texto enviado
163 aos Conselheiros e do que estava em aprovação, que foi feita sem nenhuma mudança
164 semântica, permanecendo o mesmo sentido, no que foi compreendido por todos. Ele
165 informou ainda que a implantação da Resolução ficará sujeita à chancela pelo Governador
166 do Estado, mediante Decreto. O Presidente do CONERH explicou todo o processo de
167 discussões em relação ao processo, e iniciou o processo de votação, que foi nominal e
168 durante o processo foram feitas algumas justificativas. A conselheira Karine Fontenele
169 declarou-se receosa quanto ao voto, devido aos impactos financeiros sobre a arrecadação
170 da COGERH, que não estão claros quanto a sua recuperação, e indagou sobre quem vai
171 pagar por essa diferença, que seria em torno dos duzentos e sessenta mil reais anuais
172 (como informou o Secretário do Conselho; ela ainda lembrou que a instituição não recebe
173 aporte para os trabalhos que realiza na manutenção do Sistema, e seus custos operacionais
174 estariam no limite; e mesmo entendendo da importância da medida, mas é necessário não
175 comprometer a saúde financeira da instituição. Indagou se há compromisso do Governo do
176 Estado de arcar com tal custo, mas foi informada pelo Secretário de que não está prevista
177 recuperação desses recursos. Ela votou pela aprovação, destacando que a cobrança dá
178 sustentabilidade a gestão dos recursos hídricos, considerando sua escassez e importância
179 para equacionar o problema, considerando que a cobrança dá sustentabilidade a toda a
180 gestão de recursos hídricos no Ceará, e com o fato de que essa isenção pode representar
181 um precedente, daí a necessidade de equacionar o problema o mais rápido possível; já o

182 conselheiro Silvio Calos afirmou que, ao contrário da visão colocada ele ressalta a
183 importância da aprovação e agradece, enquanto Secretário de Desenvolvimento
184 Econômico, porque é fundamental incentivar esses dois setores, irrigação e pecuicultura,
185 já que a agricultura irrigada é responsável por 58% do valor bruto da produção e fez outras
186 colocações em favor da irrigação. Na ocasião da sua declaração de voto o conselheiro
187 representante dos CBH destacou a necessidade de discutir melhor os impactos que a
188 medida vai gerar; com relação aos precedentes, entende que os irrigantes de perímetros
189 também sejam beneficiados e levar em conta de que ao abdicar de receita é preciso ampliar
190 a fiscalização e outorga; disse ainda que é preciso saber se a receita de que se abriu mão
191 será repassada para outros segmentos e lembrou que a água sem tarifa corresponderá a
192 trinta e quatro virgula dois carros pipa por produtor por dia, e tem comunidade ao longo do
193 canal, que não recebe nenhum carro pipa por dia; precisamos saber que vai gerar custo
194 porque outros segmentos, que estão de fora, vão reivindicar os mesmos benefícios, porque
195 geraram precedentes; afirmou que aprova, mas outros setores precisariam ser
196 contemplados. O conselheiro Aridiano Belk, da FAPID deixou claro, que os produtores que
197 tem água aduzida pela COGERH também precisam ser beneficiados, solicitando que seja
198 retirado o termo “com adução da COGERH”. Isso afastaria que todos os irrigantes que
199 retiram águas de canais já beneficiados pela adução da COGERH, que já representa um
200 benefício econômico alto; diante das colocações ele deixou o voto para o final das votações,
201 pois os pequenos produtores do Tabuleiro de Russas serão muito prejudicados. O
202 Presidente do Conselho interferiu, prometendo abrir um Grupo de Trabalho para discutir
203 esses casos específicos. E o Secretário Executivo, Sr. Calila, retomou a pergunta sobre o
204 voto, ouvindo em seguida de Aridiano Belk que votaria favorável, mas fazia questão de
205 discutir o assunto à posteriori. Para esclarecimento, o Presidente do Conerh, Dr. Fernando
206 Santana, passou a palavra para o Presidente da COGERH Yuri Castro, que se manifestou
207 neste momento lembrando que o produtor que tem adução da COGERH já tem um custo
208 de bombeamento muito alto bancado pela COGERH, já sendo muito beneficiado, sem
209 necessidade de bombear, enquanto o outro irrigante tem um custo de operação e
210 manutenção por própria conta. O Conselheiro da FIEC, Heitor Studart, votou a favor nos
211 termos da minuta apresentada. Outra declaração de voto foi da FAEC, com o conselheiro
212 Francisco José, ocasião que explicou que a Federação da Agricultura não é contra o
213 pagamento da água, mas que receberam muita demanda dos agricultores que, sendo
214 pequenos, construíram seus poços e fazem suas aduções, mas pagam a água do
215 reservatório ou poço que eles mesmo mandaram construir ou perfurar, sem custo da
216 COGERH nem na adução nem na preservação; o conselheiro da CAGECE, Sr. Francisco



217 Edson da Silva, lembrou que o fato de simplesmente isentar um produtor de pagar uma taxa
218 que pode ser estabelecida de forma educativa, pode ser ruim; lembrou que uma vazão de
219 10m³/h (dez metros cúbicos hora) ou 20m³/h (vinte metros cúbicos hora), se for feita a
220 equivalência, fazendo uma comparação com comunidades abastecida cerca de 100m³/h
221 (cem metros cúbicos horas), o que precisa ser muito observado, explicou que zerar, isentar
222 uma tarifa pode ser uma forma de deseducar as pessoas para o uso da água; e indagou se,
223 nas crises hídricas, a isenção seria levantada, mas lembrou que vota a favor, sempre
224 levando em conta o fato de que a qualquer crise hídrica a vantagem pode ser retirada. O
225 Secretário Executivo do CONERH, Sr. Calila, explicou que o abastecimento humano é
226 prioritário, podendo os demais serem levantados em favor dele. A conselheira Andréa
227 Limaverde, da SEMACE, lembrou que é comum alguns produtores terem vários CNPJ e é
228 necessário muito cuidado com a fiscalização. O Sr. Calila esclareceu que a estimativa de
229 alcance da isenção é por usuário, com limites de área para cada categoria. Diante da
230 explicação, a Conselheira da SEMACE votou favorável com a ressalva da necessidade de
231 fiscalização. Perguntado sobre seu voto, o Conselheiro da APRECE, Daniel Camurça,
232 aprovou a proposta. A conselheira Valéria, do CENTEC, afirmou que, ao votar pela
233 aprovação ressalta as palavras dos companheiros da SEPLAG, CBH e CAGECE sobre a
234 aprovação da isenção, mas com muita responsabilidade e fiscalização. O conselheiro
235 Clodionor Araújo, do IHAB, destaca que entre a gestão e o usuário há sempre um problema,
236 especialmente quando se trata de água, mas mesmo com intercessão, não se viu nenhum
237 membro votando contra; reconhece que é necessário votar a favor, especialmente nesse
238 momento em que o Presidente e o Secretário Executivo do Conerh se dispuseram a sentar
239 e ajustar essa fórmula, ressaltando que o melhor é aprovar. O conselheiro Marcondes
240 Ribeiro, do SISAR, corrobora com as falas dos Conselheiros da SEPLAG, do CBH e da
241 CAGECE, destacando a necessidade de, votando pela aprovação, haja a preocupação com
242 o controle e a fiscalização, e como a água é um bem escasso é necessário ter um controle
243 mais apurado, para evitar que o justo pague pelo pecador; e entender que se o faturamento
244 da COGERH for prejudicado tem que ser revisto pelo Estado, o que é justo e se entende;
245 diante disso aprova e espera que as pessoas atuem da melhor forma possível sem
246 extrapolar os limites estabelecidos. O Sr. Lauriston Ferreira Gomes Neto, da APGCE,
247 inicialmente ressaltou que é a favor do desenvolvimento do Estado do Ceará, e pontua que
248 a expressão “sem adução” vai impactar no aumento do uso da água subterrânea, que vem
249 agora alimentando o turismo, a agropecuária, tudo abastecido com a água subterrânea,
250 solicita mais cuidado com as reservas subterrâneas e pede que se amplie o cuidado com a
251 gestão dos mananciais subterrâneos. O Conselheiro Max Charlie, da SESA, votou favorável.



252 A Defesa Civil, vota favorável ao pleito, lembra que quanto mais desenvolvida for a
253 comunidade, mais ela terá resiliência e resistência aos desastres naturais, daí ser preciso
254 apoiar os pequenos, para fortalece-los. O Secretário dos Recursos Hídricos e Presidente do
255 CONERH, Fernando Santana, ao votar favoravelmente lembra que sem a água nada
256 funciona e não se tem vida, ele lembra que isenção abre precedente – concordando com a
257 Conselheira Karine – mas deixa claro que, mesmo não tendo se envolvido nas discussões
258 em profundidade, garante que não faltará coragem para corrigir distorções se elas se
259 apresentarem, e que mesmo entendendo que talvez fosse melhor usar tarifas
260 reduzidíssimas, ao invés de isenção, cuidando do lado educacional da tarifa, é importante
261 lembrar que apoiar o pequeno é induzir o desenvolvimento, e comprometeu-se com as
262 discussões relativas à ampliação da fiscalização. Ficou estabelecido o compromisso de
263 criação de grupos de trabalho para análise das demandas específicas apresentadas, em
264 especial as relacionadas aos perímetros irrigados, para aferir soluções que atendam
265 plenamente a todos os produtores. Destacou que a aprovação do pleito para a carcinicultura
266 e irrigação é uma demanda do sistema FAEC e representa um incentivo para o setor
267 agropecuário do Ceará, contando com o compromisso do governador Elmano. Apesar da
268 aprovação unânime, ressaltou que diversas ressalvas foram feitas e devem ser registradas
269 em ata, com o objetivo de aprimorar continuamente as ações de estímulo ao agro; enfatizou
270 a importância de fiscalizar e monitorar para garantir o cumprimento das regras, sob pena de
271 reconsideração das decisões. O Sr. Calilla, na qualidade de Secretário Executivo do
272 Conselho, anunciou a aprovação por unanimidade. O Sr. Erildo Ponte, Conselheiro Suplente
273 da SDE pediu licença para falar, tendo em vista que o membro titular da instituição estava
274 presente à mesa. Falou sobre a Energia Rural Irrigante e informou sobre a recente Medida
275 Provisória que ajusta a demanda de energia para o consumidor rural irrigante, permitindo a
276 irrigação em horários mais adequados durante o dia, aproveitando a sobra de energia solar.
277 Esta medida beneficia tanto a carcinicultura quanto a irrigação, possibilitando que os
278 produtores negociem horários de uso com as distribuidoras e contribuam para o sistema
279 nacional ao aumentar a demanda nos horários de pico de geração. Sugeriu que a SRH, em
280 conjunto com outros órgãos, realize uma campanha para informar e cadastrar os pequenos
281 produtores, visando uma melhor precisão da demanda hídrica nas reuniões de alocação de
282 água. Em seguida, o Conselheiro Sílvio Carlos da SDE, ressaltou a importância da
283 agricultura irrigada e do evento que ocorrerá em Brasília, promovido pela CNA e a ABID.
284 Mencionou a Semana da Agricultura Irrigada, culminando no dia 15 de junho que é o Dia
285 Nacional da Agricultura Irrigada, e convidou os presentes para um evento em Brasília sobre
286 irrigação e energia. O Sr. Sílvio Carlos ressaltou o grande potencial de crescimento da



287 agricultura irrigada no Brasil e como os investimentos no setor, mesmo com isenções de
288 impostos em alguns casos, geram um impacto positivo na economia do Estado através de
289 outros tributos e da geração de empregos. O Secretário Executivo do Conerh, Sr. Calila,
290 passou para o ponto de pauta seguinte, Palavra Facultada, ocasião em o Conselheiro da
291 FAPID, o Sr. Aridiano Belk, convidou os demais Conselheiros para participar e conhecer a
292 reunião de Alocação Negociada de Água dos Açudes dos Vales do Jaguaribe, que ocorrerá
293 no dia 17 de junho em Iguatu/CE, e ao final agradeceu. Em seguida com a palavra, o Major
294 André Luís Nascimento, da Defesa Civil, apresentou o novo sistema nacional de emissão
295 de avisos e alertas de desastres, denominado Defesa Civil Alerta, que enviará mensagens
296 diretamente aos celulares em áreas de risco. O sistema, que já opera no Sul e Sudeste,
297 será lançado no Nordeste no dia 14 de junho, às 15h, com um alerta de demonstração sendo
298 enviado para todos os celulares nos estados participantes, incluindo quatro municípios do
299 Ceará como plano piloto: Fortaleza, Aquiraz, Caucaia e Uruburetama. Este sistema tem
300 como objetivo informar e orientar a população sobre riscos de eventos extremos ou severos
301 de forma mais direta e abrangente; que o sistema visa melhorar a comunicação sobre riscos
302 de desastres naturais para a população. Encerrando, o Presidente agradeceu a presença e
303 participação de todos, frisando o valor das discussões como instrumento de aprimoramento
304 das ações do Conselho, e convidou a todos para eventual confraternização alusiva ao São
305 João, fortalecendo o espírito de cooperação entre os membros e instituições. Nada mais
306 havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião. Eu, Inês Prata Girão, lavrei a presente
307 ata.

RECURSOS HÍDRICOS – SRH		
TITULAR	FERNANDO MATOS SANTANA	√
SUPLENTE	JOSÉ AILTON SOUSA BRASIL	√

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA		
TITULAR	RONALDO LIMA MOREIRA BORGES	√
SUPLENTE	JOAQUIM FIRMINO FILHO	

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	SANDRA MARIA NUNES MONTEIRO	
SUPLENTE	RICARDO DA COSTA E SILVA LIMA	√



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG		
TITULAR	NAIANA CORRÊA LIMA PEIXOTO	
SUPLENTE	KARINE MACHADO CAMPOS FONTENELE	✓

SECRETARIA DAS CIDADES – CIDADES		
TITULAR	DANIELLE FERREIRA DE ARAÚJO GALVÃO	AUSENTE
SUPLENTE	FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA CIPIÃO	

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	HELDER NOGUEIRA ANDRADE	AUSENTE
SUPLENTE	LINDALVA COSTA DE CRUZ	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA		
TITULAR	JÂNIO CARLOS OLIVEIRA MENEZES	✓
SUPLENTE	NATHIZAELE GONÇALVES LEANDRO	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	GUSTAVO DE ALENCAR E VICENTINO	
SUPLENTE	JOÃO CASSIMIRO DO NASCIMENTO NETO	✓

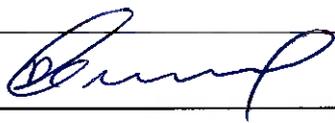
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE		
TITULAR	SÍLVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA	✓
SUPLENTE	ANTÔNIO ERILDO LEMOS	✓

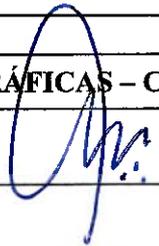
SECRETARIA DE SAÚDE DO CEARÁ – SESA		
TITULAR	ÚRSULA DE SOUZA CAMINHA	
SUPLENTE	MAX CHARLIE HOLANDA DE MORAIS	✓



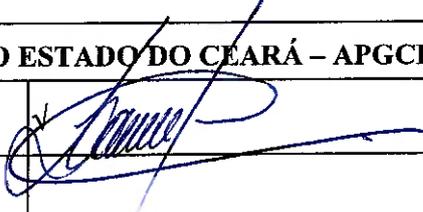
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DO CEARÁ – DEFESA CIVIL		
TITULAR	TC HOLDAYNE DO NASCIMENTO PEREIRA	
SUPLENTE	MAJOR ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO DE SOUSA	√

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE		
TITULAR	LINCON DAVI MENDES DE OLIVEIRA	
SUPLENTE	ANDRÉA LIMAVERDE DE ARAÚJO	√

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	DANIEL AGUIAR CAMURÇA	√ 
SUPLENTE	RAFAELE SOUZA SARAIVA	

REPRESENTANTE DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – CBH		
TITULAR	FRANCISCO LURIVAN MIRANDA PINHEIRO	√ 
SUPLENTE	ROSÂNGELA MARIA LUCAS TEIXEIRA	

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA		
TITULAR	JOSÉ DEODATO RAMALHO JR	AUSENTE
SUPLENTE	RÔMULO GEORGE DE SALES E SILVEIRA	

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS GEÓLOGOS DO ESTADO DO CEARÁ – APGCE		
TITULAR	LAURISTON FERREIRA GOMES NETO	√ 
SUPLENTE	IRABSON MOTA CAVALCANTE	

SISTEMA DE SANEAMENTO RURAL – SISAR		
TITULAR	MARCONDES RIBEIRO LIMA	√ 
SUPLENTE	JOSÉ ÁTILA AUSTRESÉGILO TELLES	



INSTITUTO HIDROAMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL – IHAB		
TITULAR	CLODIONOR CARVALHO DE ARAÚJO	√
SUPLENTE	FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA LEITE	√ <i>Bezerra Leite</i>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	AUSENTE
SUPLENTE	TICIANA MARINHO DE CARVALHO STUDART	

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO – CENTEC		
TITULAR	JOSÉ CLEITON DE VASCONCELOS MONTE	
SUPLENTE	VALÉRIA SANTOS BEZERRA	√ <i>Bezerra</i>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE		
TITULAR	CARLOS EMANUEL BRITO SALMITO	
SUPLENTE	FRANCISCO EDSON DA SILVA	√ <i>Edson</i>

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – FAEC		
TITULAR	FRANCISCO ALMIR FRUTUOSO SEVERO	
SUPLENTE	FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA	√ <i>Francisco José de Sousa</i>

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC		
TITULAR	HEITOR DE MENDONÇA STUDART	√ <i>Heitor de Mendonça Studart</i>
SUPLENTE	LUIZ FERNANDO BARBOSA BEZERRA	

FEDERAÇÃO DE APOIO AS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES DOS PERÍMETROS PÚBLICOS - FAPID		
TITULAR	ARIDIANO BELK DE OLIVEIRA	√ <i>Aridiano Belk de Oliveira</i>
SUPLENTE	LUIZ FELIPE SOUSA SANTIAGO	



SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH		
TITULAR	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	✓ <i>Carlos Magno Feijó Campelo</i>
SUPLENTE	MÁRCIA SOARES CALDAS	
ADVOGADA	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA FERNANDES	✓ <i>Ana Cláudia Ferreira Dutra Fernandes</i>

ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH		
TITULAR	RICARDO VERAS PAZ	✓ <i>RVP</i>
SUPLENTE	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	
ADVOGADA	DELIANNE COSTA E SILVA BULAMARQUE	✓ <i>Delianne Costa e Silva Bulamarque</i>